



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ

Estado do Espírito Santo

Decreto n.º 9.797, de 27 de junho de 2016

**APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA
SCI Nº 01/2016.**

A Prefeita Municipal de Guaçuí, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o Processo nº 2.714/2016, da Controladoria Geral do Município de Guaçuí;

CONSIDERANDO o que dispõe os artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, 29, 70, 76 e 77 da Constituição Estadual, 59 da Lei Complementar nº 101/2000 e 86 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, além da Lei Municipal nº 3.816/2011, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Município de Guaçuí;

CONSIDERANDO por fim, que a referida instrução normativa visa se adequar aos preceitos estabelecidos pela Resolução TC nº. 227, de 25 de agosto de 2011, expedida pelo TCE/ES.

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar para todos os efeitos, a **Instrução Normativa nº SCI Nº 01/2016**, da Controladoria Geral do Município de Guaçuí, conforme segue em anexo.

Artigo 2º - A Instrução normativa ora aprovada será parte integrante do presente decreto.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaçuí - ES, 27 de junho de 2016.

VERA LÚCIA COSTA
Prefeita Municipal

AILTON DA SILVA FERNANDES
Procurador Geral do Município

HELIENE DE BARROS COUTINHO COELHO
Controladora Geral do Município de Guaçuí



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ

Estado do Espírito Santo

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº 01 /2016

Versão: 01

Aprovação em: 27/06/2016

Ato de aprovação: Decreto nº 9.797/2016

Unidade Gestora/Unidade Responsável: Controladoria Geral do Município

I - DA FINALIDADE

Estabelecer normas e procedimentos a serem observados por toda a administração quando do atendimento às equipes de controle externo do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCE/ES e Tribunal de Contas da União - TCU, por ocasião das auditorias e inspeções, bem como definir responsabilidades pelo descumprimento das regras desta Instrução Normativa.

II - DA ABRANGÊNCIA

Abrange todas as unidades da estrutura organizacional das administrações Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal e Câmara Municipal, no que couber, quando do atendimento às equipes de controle externo do TCE/ES E TCU.

III - DOS CONCEITOS

Para fins do disposto nesta Instrução consideram-se:

1- Controle: é uma forma de manter o equilíbrio na relação existente entre Estado e Sociedade, fazendo surgir daquele as funções que lhe são própria, exercidas por meio dos seus órgãos, sejam estes ligados ao Executivo, Legislativo ou Judiciário.

2- Controle Externo: caracteriza-se por ser exercido por órgão autônomo e independente da Administração, cabendo-lhe, entre as atribuições indicadas pela CF/88, exercer fiscalização.

3- Controle Interno: compreende o plano da organização e todos os métodos e medidas adotadas na empresa para salvaguardar seus ativos, verificar a exatidão e fidelidade dos dados contábeis, desenvolver a eficiência nas operações e estimular o seguimento das políticas executivas prescritas.

4- Tribunal de Contas: é um órgão autônomo, que auxilia o Poder Legislativo a exercer o controle externo, fiscalizando os gastos dos Poderes Executivo, Judiciário e do próprio Legislativo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ

Estado do Espírito Santo

IV - DA BASE LEGAL

- A presente Instrução Normativa integra o conjunto de ações, de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo, no sentido da implementação do Sistema de Controle Interno do Município, sobre o qual dispõem os artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, 29, 70, 76 e 77 da Constituição Estadual, 59 da Lei Complementar nº 101/2000 e 86 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, além da Lei Municipal nº 3.816/2011, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Município de Guaçuí.

Por fim, visa se adequar aos preceitos estabelecidos pela Resolução TC nº. 227, de 25 de agosto de 2011, expedida pelo TCE/ES.

V - DAS RESPONSABILIDADES

1 – Das Unidades Executoras (Todas as Unidades Envolvidas):

- a)** Atender às solicitações da unidade responsável pela Instrução Normativa, quanto ao fornecimento de informações e à participação no processo de atualização;
- b)** Alertar a unidade responsável sobre alterações que se fizerem necessárias nas rotinas de trabalho, objetivando a sua otimização, tendo em vista, principalmente, o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional;
- c)** Tomar todas as providências quanto a documentações solicitadas pelo TCE – ES e/ ou TCU, quando for o caso;
- d)** Manter a Instrução Normativa à disposição de todos os servidores da unidade, velando pelo fiel cumprimento da mesma;

2 – Da Controladoria Municipal (Unidade Central de Controle Interno - UCCI):

- a)** Compete a Controladoria Geral do Município – CGM prestar apoio e assessoria à equipe de Controle Externo com presteza e qualidade

VI - – PROCEDIMENTOS:

Mediante o recebimento da comunicação enviada pelo controle externo sobre a auditoria a ser realizada, cabe a Controladoria Geral informar as unidades a serem auditadas para disponibilizarem os documentos e informações em análise às equipes de controle externo.

1- No Gabinete da Prefeita

- a)** Recepcionar a equipe de auditores externos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ

Estado do Espírito Santo

b) Apresentar ao chefe do poder executivo ou na ausência deste ao Secretário de Finanças ou ao Secretário de Gestão Administrativa e Recursos Humanos;

c) Encaminhar a equipe de auditores externos a Controladoria Geral do Município.

2- Na Controladoria Geral do Município

a) Encaminhar a equipe às unidades a serem auditadas e apresentar os servidores das unidades prestadoras de informações;

b) Em conjunto com os Secretários de Finanças e Gestão Administrativa e Recursos Humanos, disponibilizar toda a documentação, espaço físico e recursos materiais e tecnológicos ;

c) Colocar a disposição da equipe de controle externo, no mínimo um servidor, no intuito de atender eventuais solicitações de imediato.

3- Em todas as Unidades administrativas:

a) Recebida informação da atuação do controle externo, dar-se-á ciência a todos os servidores da unidade, providenciando-se imediatamente os documentos solicitados, que deverão estar à disposição no prazo estipulado;

b) Qualquer ocorrência que por ventura possa prejudicar ou retardar a disponibilidade de informações e/ou documentos solicitados, deverá ser imediata e formalmente comunicada à Controladoria Municipal para providências.

c) Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado aos agentes de controle externo e a Controladoria Municipal durante inspeções ou auditorias, sob pena das sanções e medidas cabíveis;

VII- DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

1- A documentação solicitada deverá ser entregue à equipe de auditores externos através de Protocolo de entrega de documentos devidamente assinada pelo recebedor.

2 - A inobservância das tramitações e procedimentos de rotina estabelecida nesta Instrução Normativa, sem prejuízo das orientações e exigências do TCE/ES relativas ao assunto sujeitará os responsáveis às sanções legais cabíveis.

3. O servidor ou grupo de servidores responderão pelas sanções ou multas a que der causa em virtude de obstrução ao livre exercício das inspeções e auditorias e/ou sonegação de informações ou documentos às mesmas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ

Estado do Espírito Santo

4. O Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais – **FAPS** , bem como Câmara Municipal e todos os órgãos da Administração Indireta, se sujeitarão à observância da presente Instrução Normativa, no que couber, sendo responsável para promover eventuais adequações, depois de submetidas à aprovação da Controladoria Geral do Município.

5. Os esclarecimentos adicionais a esta Instrução Normativa caberão a Controladoria Geral do Município, que por sua vez, aferirá o fiel cumprimento deste documento por todas as unidades da estrutura administrativa, mediante auditoria interna.

6 - Esta instrução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Guaçuí-ES, 27 de junho de 2016.

Heliene de Barros Coutinho Coelho
Controladora Geral do Município

Aprovado: 27/06/2016

Vera Lúcia Costa
Prefeita Municipal